

## **Parceria público-privada na gestão municipal do lazer: encontros e desencontros na “Praça da Criança” na cidade de Mossoró/RN**

**Jean Henrique Costa\***

### **Resumo**

O ensaio a seguir efetua uma breve problematização sobre o papel do poder público na gestão municipal do lazer, buscando situar o problema da mercadorização do espaço público como um fenômeno que vem se tornando corriqueiro na realidade de muitas cidades brasileiras. O objeto de estudo é a Praça da Criança, localizada na cidade de Mossoró/RN, no qual a vivência de um lazer crítico/criativo necessita ser questionada. O texto não é fruto de pujante pesquisa empírica, tampouco é, em seu referencial teórico, volumosa apreciação bibliográfica. Considera-se uma ligeira investigação de cunho teórico e, sobre o campo empírico aqui abordado, apenas uma pequena triagem de dados secundários obtidos em fontes dispersas, além de assistemática observação *in loco*.

**Palavras-chave:** Lazer; espaço público; gestão municipal; desigualdades.

### **Abstract**

The effects assay to follow a brief questioning concerning the role of the public power in the municipal management of the leisure, searching to point out the problem of the commodification of the public space as a phenomenon that comes if becoming current in the reality of many Brazilian cities. The study object is the Praça da Criança, located in the city of Mossoró/RN, in which the experience of a critical creative leisure/needs to be questioned. The text is not puissant fruit of empirical research neither is, in its theoretical reference, voluminous bibliographical appreciation. A fast matrix of theoretical inquiry and is considered, on here boarded the empirical field, only a small gotten selection of secondary data in dispersed sources, beyond unsystematic comment *in loco*.

**Key words:** Leisure; public space; municipal management; inequalities.

---

\* **JEAN HENRIQUE COSTA** é doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).



Praça da Criança (Mossoró/RN) – Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=601193>

Antes de iniciar este breve escrito acerca de um fenômeno aparentemente prosaico, isto é, a produção e o uso de uma praça infantil lúdica, é mister considerar, em princípio, que o presente texto não é fruto de pujante pesquisa empírica; tampouco é, em seu referencial teórico, volumosa apreciação bibliográfica. Considera-se uma ligeira investigação de cunho teórico e, sobre o campo empírico aqui abordado, apenas uma pequena triagem de dados secundários obtidos em fontes dispersas, além de assistemática observação *in loco*. É, em síntese, um primeiro estudo sobre esse tema. Expressa, todavia, uma visão crítica sobre o objeto, crítico no sentido empregado por Max Horkheimer: “Ter a obra de Marx como referência sempre renovada, ver como as coisas funcionam à luz da possibilidade de emancipação e ter sempre um comportamento crítico em

relação ao conhecimento produzido sob as condições capitalistas” (NOBRE, 2008). O texto esboçado, por conseguinte, não se assume como simples descrição acompanhada de bibliografia, mas sim, como crítica teórica e social. Espera-se, com isso, sair do universo da análise tradicional descrita por Horkheimer no basilar artigo intitulado “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*”, de 1937.

O estudo sistemático do lazer, ou o que se aproximará aqui de uma “sociologia do lazer”, foi objeto de apreensão não somente enquanto campo empírico-social, mas também enquanto uma filosofia social. Segundo Marcellino (2000), “o ócio, o não-trabalho, foi motivo de preocupação para uma série de nomes da filosofia”. No entanto, alerta que é somente com a sociedade industrial, emergida substancialmente a

partir do século XIX, que o lazer ganhará terreno para maiores reflexões através de nomes como Lafargue e Russell.

Paul Lafargue escreveu o seu “Direito à Preguiça” em 1880 e, no século XX, Bertrand Russell publicou os seus ensaios no “Elogio ao Ócio”, em 1932. Estas são duas obras basais para se compreender o cenário inicial no qual se ergueu o concreto para os estudos do lazer e do tempo supostamente “livre”.

Lafargue (2003, p. 15) problematizou acerca da moral capitalista do trabalho, que para ele, é uma “lastimável paródia da moral cristã, [que] lança o anátema sobre o corpo trabalhador; toma como ideal reduzir o produtor ao mínimo mais restrito de necessidades, suprimir as suas alegrias e as suas paixões e condená-lo ao papel de máquina gerando trabalho sem trégua nem piedade”. Bertrand Russell, por sua vez, também denunciou os males da apologia ao trabalho como finalidade de vida. “Quero dizer, com toda a seriedade, que muitos malefícios estão sendo causados no mundo moderno pela crença na virtude do trabalho, e pela convicção de que o caminho da felicidade e da prosperidade está na redução organizada do trabalho” (RUSSELL, 2002, p. 25). Para Russell, “a moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa da escravidão”.

Estas duas obras, principalmente a de Lafargue, foram escritas em períodos de grande efervescência no mundo do trabalho, fundamentalmente no que se refere à mecanização do trabalho, a estilos de racionalização no uso da mão-de-obra e da produção. Lafargue viveu como realidade histórica os efeitos ascendentes da Revolução Industrial; Russell a progressão do taylorismo/fordismo. Entre a metade do século XIX e meados do século XX,

muitos processos de racionalização foram introduzidos nas fábricas. O trabalho ganhava, então, uma nova conotação muito específica e, como efeito direto, o lazer também. Muitas horas de trabalho no novo mundo fabril, lazer reduzido.

Mas o mundo mudou! A era tecnológica pesada deu lugar a novas configurações produtivas e com isso a relação entre trabalho e lazer se alterou significativamente. A pauperização da classe trabalhadora ganhou novas significações. Embora até mais pauperizada, este empobrecimento é mais sutil. A chamada “era da informação” encobre muitas facetas obscuras de nossa modernização seletiva e, portanto, desigual. A acumulação flexível de capital, nos anos 70 do século passado, trouxe para o trabalho uma dimensão de exploração mais idílica. Com isso, até se chegou a especular sobre uma sociedade do tempo livre, sociedade do lazer. Que ironia! Tempo livre para uma ínfima parcela, mais trabalho para a grande massa.

Essas mudanças trouxeram também novas reflexões para o campo empírico do lazer. Os temas atuais são bem diversos e diferem das questões maiores colocadas nos séculos XIX e primeiro quartel do século XX. Hoje, os dilemas sociais e urbanos são bem mais arguciosos e, aos olhos do imediato *communis sensus*, quase que imperceptíveis. As ideologias são muitas, sobretudo as ideologias desenvolvimentistas que, ainda no século XXI, permanecem em muitos discursos. A ideologia, tomada na relação entre as formas invertidas de consciência e a existência material dos homens, não é meramente uma relação entre o erro e a verdade. É, segundo Bottomore (2001), uma inversão que obscurece o verdadeiro sentido das

coisas. Uma inversão que vai além de uma simples ilusão. Trata da “distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta”. As ideologias sobre o lazer também estão por aí: sociedade do lazer; ócio criativo; desenvolvimento sem trabalho, revoluções do tempo livre etc.

Joffre Dumazedier publica, em 1961, o livro *Vers Une Civilization du Loisir* (Rumo a uma Civilização do Lazer - no Brasil traduzido como Lazer e Cultura Popular). Domenico De Masi publica o seu *O Ócio Criativo* em 1995. São obras “parciais”, tomando aqui emprestada uma expressão da Teoria Crítica (“Escola” de Frankfurt). Precisam ser revistas. Não há sociedade hoje do tempo livre nem um lazer misturado ao trabalho de forma tão romântica como se divulga (criativa!). O que há é um novo mundo do trabalho e do emprego que, mais precário, também precariza o lazer.

No lazer, outros temas que fogem do “lazer operário” surgiram na nova fase de reprodução do capital. Uma trama complexa de variáveis pode ser inventariada. Lazer e consumo televisivo; o lazer dos desempregados; o lazer dos idosos; lazer e motricidade; lazer e qualidade de vida; lazer e desenvolvimento regional; lazer e indústria cultural; lazer e espaço urbano; lazer e formação profissional; etc. São vários os temas tratados no âmbito da produção do saber.

Aqui, deter-se-á na questão da “mercadorização” do espaço público, locus que deveria ser de reprodução das necessidades humanas básicas (como pensaria, por exemplo, uma democracia direta com base na experiência ateniense clássica ou o contratualismo de Jean-Jacques Rousseau), mas que, na maioria das vezes, o capital se apropria para a sua reprodução ampliada (ponto de

partida da análise para o materialismo histórico-dialético). Destarte, avança-se no escrito visando abordar a problematização conceitual com algumas inferências empíricas. Antecipa-se, por razões maiores, que a transformação do lazer de valor de uso em valor de troca é basilar para a presente análise.

Primeiramente, ao abordar a dicotomia público e privado neste escrito, busca-se sair do debate jurídico entre estas duas instâncias. Considera-se para os fins aqui propostos, *parcial e grosseiramente*, o público como sendo o espaço de acesso e usufruto gratuito, enquanto a dimensão privada requer o mecanismo financeiro (dinheiro – equivalente geral das trocas) para o consumo da mercadoria. O mesmo ocorre para a definição de parceria público-privada: foge-se do mesmo modo da chamada legislação das “PPPs” para entender o fenômeno de forma mais genérica. Aqui, parceria público-privada tem apenas o sentido textual, sendo, muitas vezes, apenas uma simples administração do bem público por meio de empresa privada. O conceito de lazer é também usado em seu sentido restrito: como ocupações prazerosas no momento de não trabalho. Tais junções podem ser ásperas; contudo, para os objetivos aqui presentes, dão conta do pretendido.

Concorda-se com as ideias de André Quintão (2002) quando este afirma que existem cinco condições determinantes para a existência da prática do lazer: 1. Disponibilidade de tempo; 2. Oferta de espaços e serviços de lazer; 3. Oferta de profissionais qualificados no âmbito público; 4. Condições sociais de acesso; 5. Consciência cidadã da importância do lazer.

A questão do tempo é elementar. As práticas sociais diversas só ocorrem

mediante disponibilização de tempo. Não cabe aqui argumentar o crescente aumento do sobre-trabalho, hora-extra, do tele-trabalho, combinações de *part-time work*, do trabalho doméstico, infantil etc. A terceira condição, isto é, a oferta de profissionais qualificados, é essencial, visto a necessidade de recursos humanos que atendam competentemente o caráter lúdico da cultura não somente com brincadeiras e jogos massificados. A quarta condição é bem mais genérica e se refere às condições sociais de acesso ao lazer: renda, habitação, saúde, educação etc. Por fim, a quinta condição, refere-se ao que Quintão chamou de consciência cidadã, expressando a conscientização por parte da população que o lazer deve ser encarado como uma necessidade básica de desenvolvimento pessoal e intelectual.

O leitor mais atento deve ter percebido que, dentre as cinco condições determinantes para o lazer, não foi citada a segunda, ou seja, a oferta de espaços e serviços. Se não se efetivou teve uma razão: precisa-se de maior tratamento nesse ponto. Chamar-se-ão aqui esses espaços/serviços de “equipamentos de lazer”.

Um equipamento de lazer significa, grosso modo, o lócus material construído no qual se desenvolvem as atividades lúdicas. Pode ser dividido, segundo Marcellino (2000), em específico e não específico. Os específicos são construídos exclusivamente com a finalidade de serem usufruídos como espaços de lazer: cinema, teatro, parques de diversões, parques aquáticos etc. São subdivididos em micro (teatro, cinema), médio (centro comunitário cultural ou esportivo) e macro equipamentos (camping, colônia de férias, grandes parques etc.). O caso em estudo circunda entre um médio e um macro

equipamento, a depender do critério adotado. Os equipamentos não específicos, por sua vez, são aqueles que, embora cumpram a função de espaços de lazer, não foram construídos visando primeiramente essa função: a casa, o bar, a rua etc.

Prosseguindo na análise de Marcellino (2000), existe atualmente uma centralização dos equipamentos específicos de lazer (teatros, cinemas etc.) ou a sua localização em espaços para públicos segmentados, criando-se, assim, um certo “ar de santuário” para esses locais.

É dispendioso se deslocar das periferias das grandes cidades para os espaços dinâmicos do lazer urbano. Por exemplo, nem todo mundo pode frequentar um teatro que cobra R\$ 30,00 a entrada! Ou ver um filme que o bilhete de entrada custa R\$ 10,00. Somando tudo, deslocamento, entradas e provável alimentação, ultrapassa o limite orçamentário de qualquer trabalhador “assalariado”. Desta forma, a própria estruturação material de muitas cidades isola a população do próprio lazer privado. Onde está a liberdade apregoada pela civilização do tempo livre? Vive-se, hoje, uma civilização do tempo livre para quem pode materialmente gozar de uma vida com pouco trabalho. A grande massa, ou seja, o tipo exemplar de *homo faber*, via de regra, extrapola diariamente sua capacidade física e mental de trabalho na produção de seus próprios infortúnios individuais.

Para Marcellino (2000), democratizar o lazer significa democratizar o espaço. Isso se agrava quando se constata atualmente que as camadas mais pobres estão cada vez mais sendo afastadas para a periferia, e, portanto, afastada dos equipamentos específicos. O centro, ainda hoje, continua concentrando

expressivamente os equipamentos específicos de lazer.

Essa ideia de centro é mais metafórica do que conceitual. A imagem de núcleo expressa, na presente leitura, espaços dinâmicos (luminosos, para usar terminologia de Milton Santos e Maria Laura Silveira) onde se desenvolvem modernamente as vidas social e econômica. “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264). O centro está, por conseguinte, espalhado nos espaços da moderna economia global. O lazer enquanto equipamento físico privado está, assim, concentrado nessas áreas luminosas. Ao lazer público e gratuito restam, na maioria das experiências encontradas, os espaços *deprimidos/precários/opacos/periféricos/informais*.

Quintão (2002) afirma que hoje se vive numa maré de pressão pela sociedade de mercado, do lucro. Pela pressão da mercadorização das Políticas Públicas. Exemplos: saúde e previdência (planos de saúde e previdência privada). Com o lazer não é diferente e, nestas vicissitudes, termina que a oferta de lazer privado (mercadoria) não assegura a democratização ao acesso.

Observa-se a combinação perversa de um orçamento público dedicado à área do lazer, historicamente reduzido, afirma Bramante (2002). Do lado do setor privado, reforça o autor, verifica-se outra combinação perversa: um otimismo exagerado que considera a indústria do entretenimento como a “galinha dos ovos de ouro”. Nesse meio,

funda-se uma relação precária para o campo do lazer e que, vez por outra, termina em parcerias público-privadas (ou simples terceirização de serviços) de caráter bastante mercadológico.

O presente caso em exame é um exemplo de patrimônio público administrado pela iniciativa privada. Não importando se é um simples molde de terceirização de serviços ou arquétipo de parceria público-privada, enquadra-se aqui sucintamente como uma concessão dada pelo poder público a uma empresa de direito privado para fins administrativos. Passemos então à descrição do próprio, situado em Mossoró, RN.



Praça da Criança (Mossoró/RN) – Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1023685>

A Praça da Criança integra um “Corredor Cultural” implantado recentemente na Avenida Rio Branco, centro da cidade, espaço este voltado ao consumo da cultura e do lazer. Esse Corredor Cultural acolhe mais três outros ambientes de lazer: Praça de Convivência, Praça de Esportes e Praça de Eventos. Ao todo, essa reurbanização da Avenida Rio Branco custou cerca de R\$ 10 milhões aos cofres públicos, 70% dos recursos provenientes do Governo do Estado do RN e a contrapartida da prefeitura (MOSSORÓ, 2008).

Inaugurada em maio de 2008, ao custo de R\$ 2,5 milhões, a Praça da Criança ocupa uma área construída de cinco mil

metros quadrados (MOSSORÓ, 2008). Composta por algumas simplórias réplicas de personagens de histórias infantis e desenhos animados (Branca de Neve, Flinstones, Cinderela, Peter Pan, João e Maria e a Turma da Mônica), a praça é também um equipamento de entretenimento no estilo “parque de diversões”, possuindo em seu espaço pula-pula, trezinho, cama elástica, barca, trilhas suspensas, escorrego, touro mecânico e uma miniatura de roda-gigante.

Novamente enfatizando, esta praça, segundo informação obtida em matéria do jornal local *O Mossoroense*, “foi construída através de uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM). Para a concretização desta obra, foram investidos R\$ 2,52 milhões. Após a sua inauguração, a PMM abriu uma licitação [no qual uma] empresa conquistou o direito de dirigir o espaço”.

A administração da praça passou, conseqüentemente, a partir de sua inauguração, para a empresa vencedora do processo licitatório. Gestão, manutenção e arrecadação passaram para a iniciativa privada, implicando na cobrança por parte de alguns de seus serviços.

O acesso ao recinto é livre, havendo alguns espaços internos no qual a entrada é gratuita e outros onde há a cobrança de uma taxa de R\$ 1,00 por usufruto de cada “brinquedo”. Os itens no qual o acesso é gratuito possuem mais a função de estandes instantâneos para fotografias. São representações da casa dos sete anões, da cidade dos Flinstones (*Bedrock*) etc. Não possuem funcionalidade mecânica semelhante a um brinquedo de parque. Não passam de miniaturas de casas e carros. No item dos brinquedos mecânicos, isto é, trezinho, touro mecânico, pula-pula,

cama elástica etc., existe a citada cobrança de um real por vez em cada equipamento. Em síntese, trata-se de um equipamento específico de lazer privado, embora 10% do arrecadado tenha como destinação dois fundos municipais de amparo social.

Diante desta breve caracterização, uma inferência de ordem teórica deve ser levantada para a leitura desta realidade: “Caso trouxéssemos um histórico sobre a atuação do Estado concernente ao planejamento [...] verificaríamos que em todas as oportunidades a acumulação do capital foi privilegiada. Portanto, o que interessa é reiterar sempre que possível o caráter anti-social do planejamento na vigência do sistema econômico em que vivemos” (PINHEIRO, 1981, p. 66).

Uma saída possível para este mal-estar na gestão pública é dada por Bramante (2002). Para ele, deve-se buscar um modelo convergente, uma “ética de relacionamento”, também denominado “parcerias” – entre o público e o privado. Reforça que quanto à aplicação desse modelo convergente, estreitando as relações entre o público e o privado, observa-se que em praticamente todas as áreas de serviços o desafio que se apresenta está em estabelecer parcerias pautadas em princípios éticos.

A ética da parceria, para Bramante (2002), está baseada em um oferecer ao outro aquilo que ele não tem e necessita para o sucesso de ambos, ao invés de um tirar do outro o que este necessita para o seu sucesso individual. É fácil? Não! É extremamente difícil, realça novamente.

Discorda-se aqui desse modelo convergente, com base no argumento da legitimidade vigente na iniciativa privada: o lucro. O lucro requer um acesso pago e, desta forma, é seletivo. Somente alguns podem pagar. Excetuando-se o hipotético caso em que

o poder público custeasse o acesso total da população, não há como ter lucro de outra maneira. Até a mente mais ingênua sabe que no Brasil há uma proporção bem maior de pessoas que não pode pagar nem pelos bens de consumo básicos (comida, vestuário, transporte etc.), imagine lazer. É uma ética que já nasce num fundamento aventureiro.

A exclusão de quem não pode pagar por tal lazer é inevitável. Mesmo em momentos de gratuidade nestes espaços privados, ainda assim, o mal-estar continua: distribuição temporal de pobres e ricos. Em todas as hipóteses, há sempre elementos dicotômicos: pago e não-pago; ricos e pobres etc. Tais oposições não são apenas tão simplistas assim. Há também um novo mal-estar, e esse se verifica neste tipo de equipamento em estudo: a semi-abertura dos espaços particulares ao público massivo. O resultado disso é uma forma bem especial de inclusão precária, no qual o acesso é “livre”, mas apenas parcialmente. Empiricamente na Praça da Criança, em Mossoró, percebe-se esta inclusão perversa: enquanto algumas crianças se divertem nos brinquedos, outras apenas olham. Enquanto umas se alimentam nas lanchonetes, outras apenas sentem o cheiro. Enquanto umas gritam no vai-e-vem dos brinquedos, outras apenas ficam no silêncio. Isso não é exclusão. É, segundo conceito de José de Souza Martins (2008), uma forma de “inclusão perversa”. Quem não pode pagar já está perversamente incluído nessa sociedade de classes. Tem que buscar se incluir neste circuito da mercadoria.

A chamada sociedade capitalista, por sua própria organização, não exclui ninguém. Sua tendência, aliás, é a de incluir todos na sua lógica de desigualdades. Pobre é desigual em relação ao rico, mas

não é excluído. Ele não sobreviveria se o fosse. Esta sociedade não sobreviveria se não pudesse vender e não haveria o comprador se ele, de algum modo, ainda que como esmoleiro, não obtivesse os meios para integrar-se nesta sociedade de compra e venda. O que se multiplicou nas décadas recentes, no mundo inteiro, foi a inclusão perversa, marcada por desigualdades profundas, que compromete a própria condição humana. (MARTINS, 2008).

Mesmo diante deste quadro, especula-se que parte da população local ainda reconhece este seletivo equipamento de lazer mossoroense como um bem público. Patrimônio da cidade! A problematização de Carlos Vainer (2000) aponta uma crítica sobre a elaboração de um “consenso” sobre a necessidade destas políticas públicas, criado a partir de discursos que legitimam a ação do poder público em efetuar investimentos para o capital em “favor” da população geral. Surge então, para o autor, uma “cidade-mercadoria” que num mercado extremamente competitivo, torna-se um “objeto de luxo” a ser vendido, expondo a negócios suas várias possibilidades de transações monetárias. Como essas cidades não podem ser entidades passivas, transmutam-se em “cidades-empresas”, que ativamente estabelecem suas ações públicas com fins estratégicos, sempre apontando ideologicamente esses objetivos econômicos como ações da clássica expressão democrática “*bem comum*”, gerando com isso, a ideia de “pátria”, ou seja, a incorporação sentimental na sociedade civil dos objetivos dos grandes e ínfimos beneficiários (o capital). As reflexões de Vainer aplicam-se à elaboração do “consenso patriótico” sobre estas ações, como se todos fossem ganhar com essa Praça da Criança. Só está se

beneficiando quem pode usufruir. Aos demais habitantes resta apenas um olhar sobre a paisagem.

A privatização dos espaços de lazer é um fenômeno corriqueiro hoje e denota o maior poder aglutinador do capital frente às demandas sociais. Rolnik (2000) afirma que algumas posições defendem, de forma manifesta ou oculta, a necessidade de preservar o privilégio da qualidade de vida em áreas da cidade onde ela seja viável apesar dos ataques de ambientes geralmente sombrios e inseguros (delimitação de espaços de privilégio urbanístico). Os demais espaços públicos, por definição heterogêneos, estariam, então, condenados a deteriorar-se e a morrer se reduzidos à condição de vias de circulação rápida – normalmente motorizada – para ligar territórios privados. Essas posições expressam a ideia de pontos com qualidade de vida. As praças públicas geralmente têm essa conotação simbólica e material (o que não é o caso de Mossoró, que, estrategicamente, vem dando um tratamento digno à “algumas” de suas principais praças).

Para ela, o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado. Esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda (ROLNIK, 2000).

Funções que antes davam vida ao espaço público agora migram para espaços privados. A festa não é mais na rua, mas em clubes; a venda não é mais nas feiras livres, mas em *shoppings*; a rua não é mais lugar de ficar, mas sim de transitar; o encontro ficou para o *shopping* e não para as praças e parques públicos; e, no pontual caso empírico, o “brincar” agora adquire lócus material

de realização, ou seja, nos centros de lazer (parques de diversões).

Posto assim, surge este modelo privatista de cidade, no qual confina também ao lazer a condição de mercadoria. Novamente, segundo Rolnik, permanece na rua apenas aquele grupo ao qual só resta o espaço público como moradia, trabalho, como refúgio de sobrevivência. À medida que este processo de homogeneização, isolamento e fragmentação se tornam mais exacerbado, áreas que ficam abertas são ocupadas por mendigos, miseráveis, marginais, enfim, os excluídos (ROLNIK, 2000).

A Praça da Criança é resultado desse modelo privatista urbano. Uma forma de parceria público-privada que, aos olhos mais desatentos, passa despercebida, mas que, num olhar mais crítico, denuncia os sentidos de tal empreendimento: a) Reprodução do capital, pois uma empresa privada faz a administração dos brinquedos; b) Omissão do poder público municipal na gestão direta do lazer: terceirização via inclusão precária (transferência de responsabilidade).

Quintão (2002) ainda aponta que o importante nessa relação público-privado é sempre colocar o interesse público em primeiro lugar. No mais, não discordo. Existem alternativas contratuais para se impor “freios” na ânsia pelo lucro vigente na iniciativa privada diante destas parcerias. Todavia, faço uma genérica e simples indagação conclusiva: até que ponto é rentável para a iniciativa privada investir numa parceria com o poder público se o interesse público já estaria acima da empresa capitalista? Já se inicia numa relação de desigualdade e o capital não joga com desvantagens, mas sim, com conveniências competitivas.

Muitas ações pontuais poderiam ser feitas nesta Praça da Criança em Mossoró, dentre elas, a seleção de dias de acesso público gratuito, bilhete mais acessível a estudantes de escolas públicas, ou mesmo a redução do valor individual do ingresso. Todavia, ainda alerta-se, se cria um outro mal-estar: cotas para o “brincar”. Não se sabe aqui até que ponto uma atividade que deve ser voluntária, prazerosa, educativa e transformadora, pode se fundar numa conjuntura de luta social. Não estamos falando de adultos, mas de crianças.

Não está se colocando nestas páginas uma defesa emotiva da gratuidade no âmbito da gestão pública. Muitas instituições públicas no Brasil já cobram por parte de seus serviços, dentre elas várias Instituições de Ensino Superior (exigência em taxas de vestibular e mensalidades em cursos de pós-graduação *lato sensu*). Não é uma defesa em prol da maximização do Estado, mas apenas uma crítica ao seu uso capturado.

Diante disso, conclui-se, após alguma observação assistemática e até mesmo ponderada especulação, que muitas parcerias público-privadas na gestão municipal do lazer, tal como é a Praça da Criança na cidade de Mossoró, não vão além do elementar: conformismo social, rentabilidade privada e esvaziamento da dimensão do espaço público, resultando nos “encontros” dos que podem pagar e “desencontros” dos que não podem. Mesmo assim, a possibilidade de questionamento por parte da massa ainda é limitada. Lembra-se, de passagem, a ideia de uma dominação sutil, conforme sugerem Theodor W. Adorno e Max Horkheimer: “Assim como o Pato Donald nos *cartoons*, assim também os desgraçados na vida real recebem a sua sova [surra] para que os espectadores possam se acostumar com a que eles próprios

recebem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 114).

Não se trata de fatalismo histórico nem de explicações generalizantes. Pelo contrário! Até se reconhece a possibilidade de parcerias entre as duas iniciativas, todavia, complicadas, pois já nascem de forma desigual. Alguém tende a perder. Deve-se lembrar que o planejamento público no capitalismo não deve ser pensado “apenas como uma técnica de alocação de recursos, em qualquer nível, nem como uma panacéia [remédio para todos os males]; escapa, pois, [...] a discussão muitas vezes bizantina [tola] sobre a neutralidade do planejamento e seu oposto, sobre seu caráter revolucionário” (OLIVEIRA, 1981). O planejamento no capitalismo possui como objetivo “a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”, conforme alertou Francisco de Oliveira. O conceito marxista de Estado enquanto dominação de classes pode até assumir novas feições na atualidade, mas na essência o caráter de parcialidade permanece. A neutralidade não existe na concretude da política profissional. O Estado do “bem-comum” dos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau também não figura nesta Praça da Criança. A dominação de classes, com ou sem esta nomenclatura, está acalorada no presente evento empírico via parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Esta ligeira análise nem sequer trata do elemento qualitativo como recurso compreensivo. A qualidade desta Praça não está sendo questionada em nenhum instante. Não é o objetivo deste texto! Todavia, antecipa-se que essa forma de divertimento não possibilita resistência. É mera diversão, distração. Não oferece possibilidade de emancipação nem crítica ao *status quo*. Conforme afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 119), “divertir-se significa estar de acordo [...]

Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não [...] uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir”. Embora este equipamento de lazer seja voltado para crianças, afirma-se no estilo irônico adorniano que, da mesma forma que um trabalho alienado gera potencialmente um lazer alienado, é o menino idiota de hoje que se transformará no homem tolo de amanhã. Este equipamento lúdico muito pouco ou quase nada apresenta de potencialidades crítico-criativas para o lazer. É uma parceria do conformismo, da aceitação e do estar “de acordo”.

Quem ganhará mais nestas proveitosas parcerias? Penso que a saudosa ética de relacionamento, discutida neste texto, tende a ser esmagada. Resta indagar até quando estes desencontros vão permanecer descontraídos, ou ainda, até quando a produção naturalizada de subcidadãos, conforme problematização contida em Jessé Souza (2004), far-se-á presente neste tipo de equipamento de lazer. Especulem também!

#### Referências

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: o público e o privado – superando as “grandes dicotomias”. **LICERE**. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, V. 5, n. 1, 2002.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Coleção Educação Física e Esportes).
- MARTINS, José de Souza. A economia oculta da favela. **Jornal O São Paulo**, 8 abr. 2008 (Semana da Arquidiocese de São Paulo, ano 53, n. 2.692, p. A2).
- MOSSORÓ ganha maior espaço de lazer e turismo do Oeste. **Tribuna do Norte**, 30 mai. 2008.
- NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PATRIMÔNIO público é usado como espaço privado para festas e aniversários. **Jornal O Mossoroense**, 22 nov. 2008. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/221108/contendo/cotidiano.htm>. Acesso em: 28 jul. 2009.
- PINHEIRO, Nilde Lago. Desequilíbrios regionais no Brasil. In: **Cadernos da UnB. Organização regional do Brasil**. Brasília: UnB, 1981.
- QUINTÃO, André. Lazer: o público e o privado. **LICERE**. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, V. 5, n. 1, 2002.
- ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **LAZER numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 179-184.
- RUSSELL, Bertrand. O elogio ao ócio. In: \_\_\_\_\_. **O elogio ao ócio**. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 23-35.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **RBCS**, vol. 19, n. 54, p. 79-97, fev. 2004.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E (orgs). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.